



09 DE NOVEMBRO DE 2018

Sexta-feira

- Conselho Nacional de Política Fazendária - Convênio ICMS nº 123 - de 6 de novembro de 2018
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA EM OITO DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS PELO IBGE
- CORREIOS ANUNCIAM REAJUSTE NAS TARIFAS POSTAIS
- BOLSONARO TRABALHA POR REFORMA DA PREVIDÊNCIA SEM MUDAR A CONSTITUIÇÃO, DIZ WITZEL
- SEM MEXER NA CONSTITUIÇÃO, REFORMA ALTERNATIVA DE BOLSONARO ATINGE MAIS INSS
- FIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO É RETORNO AOS ANOS 1920, DIZEM ENTIDADES
- EMPRESAS SÃO RESPONSÁVEIS POR 25% DA DIFERENÇA SALARIAL ENTRE RAÇAS, DIZ ESTUDO
- CRÍTICA DE BOLSONARO AO IBGE É 'PERIGOSA', DIZ OIT
- 'NÃO PODE HAVER PERSEGUIÇÃO', DIZ GUARDIA SOBRE BNDES
- BANCOS EMPRESTAM MAIS E PREVEEM RITMO MAIOR EM 2019
- EMPREGOS QUE MAIS SOFRERAM NA CRISE DEVEM BRILHAR EM 2019
- IPC-S DESACELERA EM 6 DAS 7 CAPITALS PESQUISADAS NA 1ª QUADRISSEMANA DE NOVEMBRO
- IGP-M NA 1ª PRÉVIA DE NOVEMBRO CAI 0,11% ANTE +1,06% NA 1ª DE OUTUBRO, DIZ FGV
- COM SOMA DE INCENTIVOS, DESCONTO NO IR PODE CHEGAR A 40%
- GOVERNO RENEGOCIA COM BANCOS EMPRÉSTIMO QUE ELEVA CONTA DE LUZ
- ROTA 2030 É DESTAQUE NA ABERTURA DO 30º SALÃO DO AUTOMÓVEL EM SP
- ROTA 2030 GANHA APROVAÇÃO 'RELÂMPAGO'

- MONTADORAS COMEMORAM APROVAÇÃO DO ROTA 2030 APÓS QUASE 1 ANO DE ATRASO
- TESLA APRESENTA ROBYN DENHOLM COMO NOVA PRESIDENTE DO CONSELHO
- PETROBRAS REDUZIRÁ PREÇO DA GASOLINA NAS REFINARIAS EM 1,32% A PARTIR DE SÁBADO
- VOLKSWAGEN PLANEJA VENDER CARROS ELÉTRICOS RIVAIS DA TESLA POR MENOS DE US\$23 MIL, DIZ FONTE
- SETOR DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO CRESCE 40%, MAS 2019 É INCÓGNITA
- AGCO ESPERA CRESCER DE 5% A 10% NAS VENDAS DE MÁQUINAS
- SCANIA REALIZA A MAIOR VENDA DE ÔNIBUS DE SUA HISTÓRIA
- ESTUDO GLOBAL DA COGNIZANT APONTA AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO SETOR AUTOMOTIVO ATÉ 2025
- VENDAS DE CAMINHÕES AVANÇAM 50% NO ANO
- SUBARU XV VAI RECEBER NOVOS RECURSOS DE SEGURANÇA
- GRUPO SHC ENTRA COM PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- CSN TEM SALTO NO LUCRO DO TERCEIRO TRIMESTRE E REDUZ ALAVANCAGEM

CÂMBIO		
EM 09/11/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,748	3,748
Euro	4,251	4,252

Fonte: BACEN

Conselho Nacional de Política Fazendária - Convênio ICMS nº 123 - de 6 de novembro de 2018

09/11/2018 – Fonte: FIEP

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ publicou no Diário Oficial da União, em 7 de novembro, o [Convênio ICMS nº 123, de 6 de novembro de 2018](#), que "Autoriza o Estado do Paraná a reduzir juros e multas mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica".

Produção industrial avança em oito dos 15 locais pesquisados pelo IBGE

09/11/2018 – Fonte: DGABC

Apesar da queda nacional de 1,8%, a produção industrial avançou, de agosto para setembro, em oito dos sete locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As principais altas foram observadas nos estados do Ceará (3,7%) e Pará (3,5%).

Também tiveram alta os estados de Pernambuco (1,7%), Goiás (1,4%), Rio Grande do Sul (1,3%), Rio de Janeiro (1,0%), Espírito Santo (0,9%) e Mato Grosso (0,9%). Por outro lado, sete locais puxaram a queda da produção nacional, em especial os estados do Amazonas (-5,2%) e São Paulo (-3,9%). Outros estados com queda foram Bahia (-3,3%), Paraná (-3,1%), Minas Gerais (-1,9%) e Santa Catarina (-1,8%). A Região Nordeste que tem sua produção também calculada pelo IBGE recuou 1,9%.

Outras comparações

Na comparação com setembro de 2017, sete locais tiveram alta, sete tiveram queda e um apresentou estabilidade (Paraná). Os maiores crescimentos na produção foram observados em Pernambuco (15,9%), Pará (14,1%) e Rio Grande do Sul (12,4%). Já a principal queda ficou com o Amazonas (-14,8%).

No acumulado do ano, houve altas em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para os estados do Pará (9,8%), Amazonas (7,8%) e Pernambuco (7,1%). Os três locais em queda foram Goiás (-3,6%), Espírito Santo (-2,7%) e Minas Gerais (-1,6%).

Por fim, no acumulado de 12 meses, 11 dos 15 locais pesquisados registraram taxas positivas, com destaque para o Pará (10,2%) e Amazonas (8,1%). Três tiveram queda: Espírito Santo (-2,5%), Minas Gerais (-1%) e Goiás (-0,2%). A Bahia manteve estabilidade na produção.

Correios anunciam reajuste nas tarifas postais

09/11/2018 – Fonte: G1

A correção média autorizada para este ano é de 5,99% para serviços nacionais e internacionais.



Os Correios vão reajustar as tarifas dos serviços postais prestados em regime de exclusividade. A correção média autorizada para este ano é de 5,99% para serviços nacionais e internacionais.

O primeiro porte da carta comercial, por exemplo, terá seu valor atualizado de R\$ 1,85 para R\$ 1,95. Já a carta não comercial e cartão postal passarão de R\$ 1,25 para R\$ 1,30. No caso de telegrama nacional redigido pela internet, a nova tarifa é de R\$ 8,15 por página – antes, a tarifa vigente era de R\$ 7,69. O telegrama fonado ficou em R\$ 9,84, e na agência, em R\$ 11,81.

As novas tarifas não se aplicam ao segmento de encomendas (PAC e Sedex) e marketing direto, de acordo com a estatal.

A portaria com o reajuste foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O reajuste considerou o IPCA acumulado entre fevereiro de 2017 e setembro de 2018, segundo o ministério.

O último reajuste para esses serviços foi anunciado em outubro do ano passado e foi dividido em duas parcelas: a primeira de 6,121% por prazo indeterminado e a segunda de 4,094% autorizada a vigorar por 64 meses (5 anos e meio).

Já as tarifas dos serviços de Sedex e PAC para clientes de contrato dos Correios foram reajustadas em março entre 8% e 51%.

Em agosto, os Correios começaram a cobrar R\$ 15 de todas as encomendas internacionais que chegarem ao país pela empresa. Esse despacho postal só era cobrado de objetos tributados pela Receita Federal, mas, segundo a estatal, o aumento das importações a obrigou a cobrar de todas as encomendas para manter "o padrão do serviço".

Crise financeira

Os Correios têm enfrentado a mais grave crise financeira de sua história e têm realizado uma série de medidas de redução de custos e de reestruturação da folha de pagamentos.

O reajuste de tarifas postais vem como reforço no caixa. Em 2017, a estatal afirmou que havia um represamento das tarifas em anos anteriores, quando não houve repasse integral da inflação.

A empresa acumulou dois rombos de R\$ 4 bilhões nos anos de 2015 e 2016. A estatal já abriu Plano de Desligamento Incentivado, fez cortes de funções e cargos comissionados e tem fechado gradualmente agências pelo país.

Em outubro, a estatal anunciou o **fechamento de 41 agências em várias partes do país**, como "parte de um "processo de remodelagem da rede de atendimento, por meio da otimização e realocação dos recursos existentes".

Em agosto, reportagem do **G1** constatou a **falta de embalagens em agências de São Paulo**.

Em março, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) **autorizou os Correios a cobrar dos funcionários mensalidades do plano de saúde**. O valor da mensalidade depende da renda do trabalhador. A decisão vale até julho de 2019. Pode ainda ser cobrada coparticipação para consultas e exames, limitada a dois salários para funcionários da ativa e de três salários para aposentados.

Bolsonaro trabalha por reforma da Previdência sem mudar a Constituição, diz Witzel

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Governador eleito do Rio se reuniu com Bolsonaro em Brasília nesta quinta-feira

O governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), afirmou nesta quinta-feira (8) que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, trabalha por uma proposta de reforma da Previdência que não altere a Constituição neste ano.

Witzel se reuniu com Bolsonaro no gabinete de transição, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), em Brasília, e conversou sobre a intervenção em vigor no Rio de Janeiro. Para aprovar alteração na Constituição, seria necessário suspender a intervenção no Rio.



Wilson Witzel, governador eleito do Rio de Janeiro pelo PSC - Ricardo Borges/Folhapress

"Tanto Michel Temer quanto Bolsonaro estão trabalhando para que reforma da Previdência seja de matéria infraconstitucional, que não impacta intervenção no Rio de Janeiro", afirmou.

Witzel disse que demonstrou preocupação com eventual suspensão da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

"Falei com ele [Bolsonaro] da minha preocupação com a manutenção da intervenção até dezembro e a reforma da Previdência deve ser apenas na parte infraconstitucional. Portanto, é mantida a intervenção até dezembro."

Nesta quarta, Witzel já havia dito que, em reunião, o presidente Michel Temer sinalizou que defenderá mudanças na Previdência ainda neste ano sem alterar a Constituição.

O projeto original enviado por Temer ao Congresso no fim de 2016 e que foi aprovado em comissão especial é uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Sem mexer na Constituição, reforma alternativa de Bolsonaro atinge mais INSS

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Alternativa tende a poupar servidores, mas elevação de alíquota é analisada por Bolsonaro

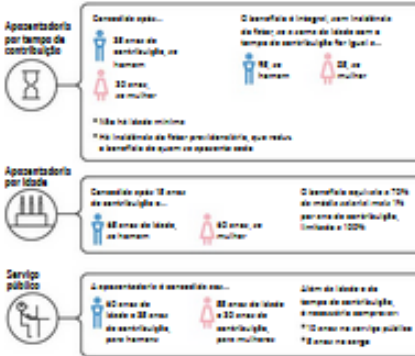
Os trabalhadores da iniciativa privada podem ser mais afetados que os servidores públicos se o presidente Michel Temer e o eleito, Jair Bolsonaro, trabalharem em conjunto pela aprovação ainda em 2018 de uma reforma da Previdência sem alterar a Constituição.

Diante da falta de apoio no Congresso e do tempo curto até o fim do ano, a mudança de regras de aposentadoria por projeto de lei ou medida provisória tem sido apontada como alternativa à proposta de emenda à Constituição que está parada no Congresso. Embora a aprovação de uma medida nesse sentido seja considerada uma boa sinalização para o mercado, vai de encontro ao discurso de que é necessário acabar com privilégios —adotado tanto por Temer quanto por Bolsonaro.

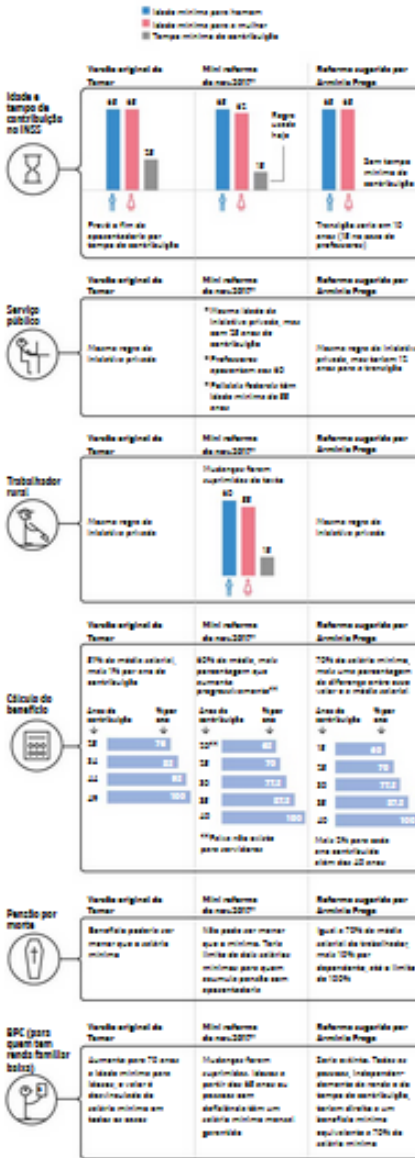
Sem mexer na Constituição, porém, a maior parte das mudanças possíveis é exatamente nas regras dos trabalhadores vinculados ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Entenda as propostas de reforma da Previdência

1. COMO É HOJE



2. AS PROPOSTAS



*Nota: de deputado Arthur Costa

Entre as mudanças que podem ser feitas por votação simples, sem alteração constitucional, estão a extinção da fórmula 85/95, o aumento da contribuição mínima para se aposentar por idade (hoje em 15 anos) e mudanças nas regras de cálculo de pensão por morte.

O benefício de quem ganha maiores remunerações —os funcionários públicos— está mais protegido pela Constituição. Eles têm um sistema separado, o regime próprio de Previdência Social.

Para os funcionários públicos, o ponto mais significativo que poderia ser alterado por meio de lei ou medida provisória é a contribuição previdenciária, hoje em 11%.

Técnicos do Congresso fizeram proposta de [elevação da alíquota para servidores](#), entre outras medidas, à equipe de transição de Bolsonaro.

Essa solução poderia ser usada como parâmetro para os estados e ajudá-los a aliviar as contas públicas.

Esse cenário, porém, é considerado pouco provável por causa da grande mobilização contrária, que inclui todas as esferas de Poder.

Além disso, importantes aliados de Bolsonaro, como o futuro ministro da Casa Civil, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e o então deputado Major Olímpio (PSL-SP), foram contrários às mudanças para o funcionalismo na tramitação da proposta de Temer, enviada no fim de 2016.

Após reunião com Bolsonaro nesta quinta-feira (8), o governador eleito do Rio de Janeiro, [Wilson Witzel](#) (PSC), afirmou que o presidente eleito trabalha por uma proposta de reforma que não altere a Constituição neste ano.

"Tanto Michel Temer quanto Bolsonaro estão trabalhando para que a reforma da Previdência seja de matéria infraconstitucional", afirmou ele.

Para aprovar alteração na Constituição, seria necessário suspender a intervenção no Rio de Janeiro.

Na mesma tarde, o atual secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, demonstrou pouca esperança de que mudanças na Previdência sejam aprovadas neste ano.

"Se conseguir, ótimo. [...] Mas, se não aprovar, é o fim do mundo? Não é. O que o mercado espera é a aprovação da reforma da Previdência no próximo ano", disse, ao deixar reunião com a equipe de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia.

"O grosso da reforma da Previdência é constitucional", disse o secretário, que, nos bastidores, está cotado para permanecer na gestão Bolsonaro.

Enquanto uma mudança na Constituição exige o voto de 3/5 dos parlamentares, em dois turnos de votação, a aprovação de um projeto de lei ou de medida provisória precisa de maioria simples.

Temer, diante da falta de apoio parlamentar e do aperto nas contas públicas, chegou a enviar uma medida provisória para aumentar de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores, mas terminou barrada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Procurados pela **Folha**, os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), dizem não ter conversado sobre detalhes com Bolsonaro.

Deputados e senadores procurados pela reportagem disseram que uma conversa mais contundente deve ficar para a próxima semana.

Eles alegam que repercutiu mal entre os parlamentares a declaração de Guedes sobre dar uma "prensa" no Congresso. Além disso, até o recesso, há apenas cinco semanas de trabalho.

A equipe de Bolsonaro já mudou o discurso várias vezes. Na campanha, defendeu um projeto novo, com base em contas individuais.

Após a eleição, Bolsonaro disse que o projeto de Temer era "remendo novo em calça velha" e falou em fazer uma reforma justa.

Ele citou como exemplo a ampliação em um ano do tempo de trabalho para servidores e resgatou o mote do ex-presidente Fernando Collor, prometendo acabar com a "farra de marajás".

Fim do Ministério do Trabalho é retorno aos anos 1920, dizem entidades

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Ideia de Bolsonaro gerará 'irreversível desequilíbrio' na relação de trabalho, aponta nota

Cinco entidades de representação de magistrados, procuradores e advogados divulgaram uma nota técnica nesta quinta-feira (8) contra o fim do Ministério do Trabalho. Para entidades, medida "sinaliza negativamente para um retorno do Brasil à década de 1920".

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), disse na quarta-feira (7) que pretende extinguir a pasta e incorporar suas funções em outros ministérios. Ele, porém, não deu detalhes sobre a medida.

A informação da análise do fim da pasta foi antecipada pela **Folha** na terça-feira (6). Segundo a nota, a iniciativa de Bolsonaro "gerará irreversível desequilíbrio nas relações entre capital e trabalho".

Para os signatários, há "evidente risco de violação dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na promoção do trabalho decente".



Servidores fazem um 'abraço simbólico' no Ministério do Trabalho, em protesto contra anúncio de extinção da pasta por Jair Bolsonaro - Edu Andrade/Fatopress/Agência O Globo

O documento é assinado pelo procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, pelo presidente do Colepacor (colégios de presidentes e corregedores de tribunais regionais do trabalho), o desembargador Wilson Fernandes, e pelo presidente da Anamatra (associação dos juízes do trabalho), Guilherme Feliciano.

Também aderiram à nota o presidente da ANPT (associação dos procuradores do trabalho), Ângelo Fabiano Faria da Costa, e Alessandra Camarano Martins, da Abrat (associação de advogados trabalhistas).

Segundo eles, a decisão contraria orientações da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Pacto de San José, sobre "a não regressividade dos direitos sociais".

"Todos os desafios atuais e futuro clamam por uma organização especializada, não sujeita a conflitos de interesses que possam comprometer a balança do equilíbrio socioeconômico e o atual nível de proteção das coletividades sujeitas a trabalho subordinado", escrevem.

As entidades lembram que desde que foi fundado por Getúlio Vargas, em 1930, o ministério passou por reconfigurações, mas a nomenclatura trabalho jamais foi suprimida.

De acordo com o texto, a relação entre capital e trabalho exige a existência de estruturas próprias de regulação. E afirmam que essa orientação consta da Constituição de 1988 para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

"Não fossem as conquistas históricas, por si só suficientes para justificar a manutenção do ministério, há que salientar os muitos desafios que se avizinham em futuro próximo, notadamente no que atine à aceleração das inovações tecnológicas e a perspectiva de seu profundo impacto no mundo do trabalho", escrevem os representantes das entidades.

Empresas são responsáveis por 25% da diferença salarial entre raças, diz estudo

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Pesquisa desenvolvida por universidades americanas analisou dados de 2002 a 2014

Um quarto da disparidade salarial entre os trabalhadores negros ou pardos e os brancos no Brasil está relacionado ao processo de seleção e promoção das empresas, segundo pesquisa inédita de universidades americanas.

O estudo, desenvolvido por pesquisadores de Columbia, UC Berkeley e Carnegie Mellon, utilizou dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) entre 2002 e 2014.

“Separamos trabalhadores entre brancos e não brancos, e 75% da diferença é ligada a fatores como níveis educacionais, experiência ou região de residência. O resto tem a ver com as firmas”, diz Edson Severnini, um dos autores.



Fila sob o Viaduto do Chá, no centro de São Paulo, para mutirão de empregos - Zanone Fraissat - 6.ago.18/Folhapress

“Há dois tipos de vieses: algumas empresas empregam maior proporção de brancos, o que explica 20% da disparidade. Os outros 5% vêm das companhias que pagam menos para não brancos”, afirma.

Quanto maior é a qualificação profissional dos trabalhadores, maior é o descompasso. “A lei proíbe discriminação racial, mas o Judiciário às vezes não enxerga esse desnível de contratações como racismo direto. O marco legal deveria ser atualizado com metas de admissão ou cotas”, afirma Thiago Amparo, da FGV.

“As lideranças empresariais precisam admitir que temos um problema. As experiências de ações afirmativas ainda são incipientes”, diz Ana Lúcia Custódio, do Instituto Ethos. “Os diretores geralmente falam em promover a diversidade, mas isso precisa chegar aos demais gestores. O recrutamento às cegas pode ser uma opção”, diz Jorgete Lemos, da ABRH (associação de recursos humanos).

Crítica de Bolsonaro ao IBGE é ‘perigosa’, diz OIT

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) saiu em defesa do IBGE por causa das declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) em que ele desqualifica a produção de dados de desemprego no País. Um dos diretores da entidade procurou o FMI e a OCDE para pedir vigilância diante de possíveis ações do novo governo.

Bolsonaro chamou de “farsa” os números atuais, divulgados mensalmente pelo órgão, vinculado ao Ministério do Planejamento e disse que vai mudar a metodologia de cálculo dos desempregados. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Rafael Diez de Medina, chefe de estatísticas e diretor do Departamento de Estatísticas da OIT, diz que a declaração é “perigosa”.

“Ele questiona de uma maneira agressiva uma definição internacional”, afirma. Para Medina, o que preocupa é uma eventual erosão da independência das estatísticas diante do poder público. “A intromissão do sistema político é um perigo”, insistiu. “Uma das premissas é a independência das estatísticas e autonomia com o objetivo de evitar a interferência política nessa elaboração. E isso implica seguir os padrões internacionais”, defendeu.

Em uma mensagem publicada nas redes sociais, Medina saiu em apoio do IBGE. “A OIT apoia fortemente a metodologia seguida pelo IBGE para estimar o emprego e o desemprego, seguindo padrões internacionais”, escreveu.

Em uma outra mensagem, ele vai além e aponta que está “extremamente preocupado sobre o futuro das estatísticas oficiais no Brasil”. “O sistema internacional de estatísticas estará em alerta e pronto para reagir a esses tipos de reações na Era Pós Verdade”, criticou.

'Não pode haver perseguição', diz Guardia sobre BNDES

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse na quinta-feira, 8, em Londres, que “não pode haver revanchismo nem perseguição” nas apurações de irregularidades dentro do BNDES ou de qualquer outro órgão do governo. Guardia foi questionado pelo jornal O Estado de S. Paulo sobre as declarações feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro no dia anterior e reforçadas, na quinta-feira, em sua conta no Twitter: “Firmo o compromisso de iniciar o meu mandato determinado a abrir a caixa-preta do BNDES e revelar ao povo brasileiro o que feito com seu dinheiro nos últimos anos”.

A instituição foi alvo de investigação da Polícia Federal que indiciou os ex-ministros da Fazenda Guido Mantega e Antonio Palocci, bem como o ex-presidente do banco Luciano Coutinho. O empresário Joesley Batista (JBS) também foi alvo das investigações. Em todos os casos foram apuradas supostas operações ilícitas no BNDES.

Na avaliação de Guardia, a novo governo deve confiar nos órgãos de controle. “Para quem está entrando, em qualquer área de governo: deixe os órgãos de controle funcionar”, recomendou. “Foram feitas coisas erradas no passado e as pessoas já estão respondendo na Justiça.”

De volta à berlinda por causa de declarações de Bolsonaro, a divulgação de informações das operações do BNDES ganhará um reforço no próximo dia 29. O site do banco passará a informar o ritmo de desembolsos de cada operação de crédito e o retorno líquido de cada investimento em ações.

A reformulação do site, anunciada em agosto, faz parte de um processo acelerado em 2015. Fontes ouvidas pelo jornal O Estado de S. Paulo sugerem que, hoje, haveria pouco a avançar em termos de redução de sigilo.

Hoje, pelo site, é possível identificar os tomadores de recursos, o valor das operações, taxas e prazos. Com a reformulação do site, será possível saber em cada operação, quanto foi liberado.

A divulgação pública de informações numa questão legal, que passa por uma discussão sobre o que deve prevalecer: o direito ao sigilo bancário ou a obrigação à publicidade dos entes públicos.

Bancos emprestam mais e preveem ritmo maior em 2019

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Quatro maiores instituições afirmaram que estão dispostos a expandir a concessão de crédito

Os quatro maiores bancos do país afirmaram que estão dispostos a expandir a concessão de crédito para sustentar o crescimento do lucro nos próximos semestres. Os resultados do terceiro trimestre mostraram que as entidades privadas já emprestaram mais e que esse avanço ocorre de forma mais expressiva nas concessões a pessoas.

Nesta quinta-feira (8), o Banco do Brasil divulgou que obteve lucro líquido de R\$ 3,4 bilhões de julho a setembro, crescimento de 25,6% na comparação com igual período do ano passado.

O banco público foi o último entre as instituições de capital aberto a divulgar os números do período. Itaú, Bradesco e Santander também mostraram lucro maior.



Agência do Banco do Brasil em Brasília - Ueslei Marcelino/Reuters

O Banco do Brasil destoou dos concorrentes privados, porém, ao terminar o trimestre com a carteira de crédito praticamente estável, em R\$ 686,3 bilhões —o total emprestado a pessoas físicas cresceu 2,3% no ano, mas caiu 5,9% no recorte de pessoa jurídica nesse período.

O desempenho reflete mudança nos produtos que o banco oferta a companhias, disse Marcelo Labuto, que assumiu a presidência da instituição no começo deste mês.

Segundo ele, em setembro, a carteira a empresas já começou a mostrar crescimento e esses números devem aparecer nos próximos resultados.

"Posso adiantar que no próximo ano o BB deve apresentar crescimento mais robusto, em linha com concorrentes", afirmou em entrevista que detalhou resultados do banco. Na mesma comparação temporal, as carteiras de crédito de Itaú, Bradesco e Santander cresceram tanto no recorte de pessoa física quanto de jurídica, mas de forma discrepantes.

No Itaú, o volume avançou 11% a consumidores, mas 5,6% quando considerados os empréstimos a empresas. No Santander, a diferença é ainda maior: avanço de 22,6% no crédito total concedido a pessoas, ante 3,5% a empresas.

Candido Bracher, presidente do Itaú, disse que o crédito deve crescer mais vigorosamente em 2019 e que o banco está satisfeito com o fato de a expansão ser mais acelerada nos segmentos de pessoa física e pequenas e médias empresas, em que "a geração de valor é mais elevada".

Nesse público, bancos conseguem fixar spreads (diferença entre a taxa de juros para captar e emprestar dinheiro) mais altos, a principal fonte de receita das instituições. O fato de os bancos terem aumentado o crédito justamente para a pessoa física também explica a manutenção dos lucros elevados em um período em que a economia ainda cresce de forma sofrida.

Octavio de Lazari, presidente do Bradesco, afirmou que a expansão do crédito não deve embutir maior disposição a correr riscos. Essa foi a tônica da fala de todos executivos.

Luis Miguel Santacreu, da Austin Ratings, diz que essa cautela no risco só poderá ser verificada a partir dos resultados do primeiro trimestre de 2019, quando os empréstimos feitos nesse ciclo poderão figurar como eventual inadimplência acima de 90 dias.

"Não nos esqueçamos de que o desemprego ainda está alto e pessoas perderam renda."

Empregos que mais sofreram na crise devem brilhar em 2019

09/11/2018 – Fonte: EM.com



Obras prediais devem ser retomadas no primeiro semestre do ano que vem, com abertura de postos de trabalho (foto: Gladyston Rodrigues/EM/D.A Press 16/4/15)

Durante todo o ano, o empresário catarinense Luciano Hang dividiu seu tempo entre administrar as mais de 100 lojas da rede varejista Havan, dona de um faturamento de R\$ 4 bilhões e 15 mil funcionários, e atuar como uma espécie de cabo eleitoral de Jair Bolsonaro (PSL), especialmente em vídeos publicados na internet e nas redes sociais.

Com a eleição definida, Hang afirma que agora tem outras duas missões: contratar e contratar. O empresário promete investir até R\$ 500 milhões na expansão de sua empresa, com a abertura de outras 20 megalojas no próximo ano. Até 2022, a meta é ter 200 endereços. "É hora de tirar os projetos de crescimento da gaveta para que o Brasil volte a crescer e saia da crise em definitivo", diz. "Chega de demitir e cortar gastos. Vamos investir, ampliar e contratar como nunca."

A ofensiva de Hang reflete um movimento crescente no varejo. A Riachuelo e a C&A, as maiores do segmento de roupas, já confirmam que criarão novas vagas. "Contratamos aproximadamente 7,5 mil temporários no ano passado e devemos ampliar em 5% esse número em 2019", informou a Riachuelo.

Os novos empregados preencherão, principalmente, vagas para auxiliar de logística, assistente de vendas, auxiliar de estoque e operador de caixa. Na C&A, os empregos deverão atender à alta da demanda da Black Friday, no fim deste mês, e para o Natal. Parte desse contingente ajudará a compor o quadro de funcionários fixos em 2019.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) projeta que 19% dos trabalhadores que entrarem agora serão efetivados após o fim do ano. Além disso, há um clima mais favorável alimentado pelos números do Ministério do Trabalho e Emprego.

De janeiro até outubro deste ano, o Brasil gerou 719.089 vagas com carteira assinada, segundo o MTE. No acumulado em 12 meses, são 459.217 postos. Se mantiver a tendência no encerramento do atual exercício, o país breca uma sequência de três anos de queda – entre 2015 e 2017, foram perdidos mais de 2,88 milhões de empregos formais, em todos os setores, com exceção da agropecuária.



No varejo, a perspectiva de aquecimento da economia anima empresários a investir em novas lojas e na ampliação das contratações (foto: Gladyston Rodrigues/EM)

Assim como o varejo, o mercado da construção promete voltar a ser a locomotiva da geração de vagas em 2019. Como a turbulência econômica fez com que os consumidores adiassem a decisão de comprar um imóvel novo e obrigou as construtoras a adiar lançamentos, os canteiros de obras ficaram escassos.

“O emprego foi afetado porque percebemos claramente que os projetos foram represados neste ano”, diz Luiz Antonio França, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). “O mercado voltará a crescer forte em 2019, principalmente no primeiro semestre, com a empolgação do mercado com o novo governo”, acrescenta Leonardo Paz, CEO da Imovelweb.

Na carona do varejo e construção civil, o setor de tecnologia da informação também deve impulsionar a criação de empregos. “O movimento de contratações, que está há anos aquecido no nosso setor, com certeza está mais intenso agora” diz a professora da FGV Anna Cherubina. Segundo ela, as vagas são expressivas em termos de quantidade e qualidade.

A consultoria Catho, uma das principais em classificados de emprego na internet, endossa a afirmação da professora da FGV. Com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, as vagas para profissionais de TI cresceram 22% nos doze meses, com alta média de 6% nos salários. Para o gerente de inteligência da Catho, Fabrício Kuriki, o aumento sinaliza uma tendência crescimento de contratações, principalmente de engenheiros da computação, diretores de sistemas, especialistas em informática e gerentes de TI.



Na Zona Franca de Manaus, existem hoje 5 mil vagas de emprego abertas, segundo o sindicato dos metalúrgicos (foto: Antonio Milena/ABR - 1312/04)

Há vários outros exemplos. A Almax do Brasil, uma das principais empresas do segmento de contact center, gestão de relacionamento com os clientes e trade marketing, anunciou a contratação de quase 700 funcionários para sua unidade em Teresina, no Piauí. A ampliação de pessoal é necessária para atender a um grande player de telecomunicação do país, que passa a contar com os serviços da companhia, segundo a empresa.

Vagas abertas A Zona Franca de Manaus, que observou empresas locais promoverem demissões em massa nos últimos anos, está com mais de 5 mil vagas abertas neste mês, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal). De acordo com o presidente da entidade, Valdemir Santana, no Polo Industrial de Manaus (PIM) as empresas de eletrônicos e as novas fábricas de lâmpadas de LED estão liderando esse movimento.

“Uma série de vagas que haviam sido congeladas e projetos que tinham sido colocados na gaveta estão sendo retomados, estimulando novas contratações”, explicou a gerente de recrutamento da Robert Half, Isis Borge, destacando que há uma grande procura por profissionais de vendas, compras, controladoria, marketing e do setor financeiro, em funções como analista de crédito e risco.

A recuperação do emprego também é resultado do crescimento do empreendedorismo, segundo o Sebrae. Um levantamento da entidade constatou que, só em setembro, os pequenos negócios geraram 85,8 mil novos postos de trabalho no mercado, 37% a mais no comparativo do mesmo período levantado no ano passado.

É inegável a força dos pequenos negócios para a geração de empregos no Brasil. As pesquisas só confirmam que o micro e o pequeno empresário devem ser prioridade nas políticas públicas, porque somente pelo fortalecimento do empreendedorismo é que o país terá chance de voltar a crescer”, afirma o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

IPC-S desacelera em 6 das 7 capitais pesquisadas na 1ª quadrimestre de novembro

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou em seis das sete capitais pesquisadas na primeira quadrimestre de novembro na comparação com a última quadrimestre de outubro.

O dado foi divulgado nesta sexta-feira, 9, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na primeira leitura deste mês, o IPC-S atingiu 0,43%, depois de 0,48% na quarta quadrimestre do décimo mês.

Conforme a FGV, houve decréscimos nas taxas do IPC-S em: Salvador (de 0,71% para 0,54%), Brasília (de 0,81% para 0,67%), Belo Horizonte (de 0,27% para 0,25%) e Recife (de 0,30% para 0,19%), Porto Alegre (de 0,43% para 0,39%) e São Paulo (de 0,64% para 0,61%). Apenas no Rio de Janeiro houve aceleração da taxa, de 0,18% para 0,25%.

IGP-M na 1ª prévia de novembro cai 0,11% ante +1,06% na 1ª de outubro, diz FGV

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) recuou 0,11% na primeira prévia de novembro, após ter avançado 1,06% na primeira prévia de outubro. A informação foi divulgada na manhã desta sexta-feira, 9, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumula alta de 9,13% no ano e avanço de 10,10% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a primeira prévia do IGP-M de novembro. O IPA-M, que representa os preços no atacado, recuou 0,31%, ante um avanço de 1,40% na primeira prévia de outubro.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou alta de 0,30% na prévia de novembro, depois de uma alta de 0,44% em igual leitura de outubro.

Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, teve aumento de 0,29% na primeira prévia de novembro, depois da alta de 0,31% na primeira prévia do mês anterior.

O IGP-M é usado para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 a 31 de outubro. No dado fechado do mês de outubro, o IGP-M subiu 0,89%.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários, medidos pelo IPA Agrícola, caíram 1,65% no atacado na primeira prévia do IGP-M de novembro. Na mesma prévia de outubro, houve elevação de 1,17%, informou a FGV.

Já os produtos industriais no atacado, mensurados pelo IPA Industrial, tiveram alta de 0,13% na primeira prévia de novembro, ante aumento de 1,48% na mesma prévia do mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os bens finais caíram 0,17% na primeira prévia de novembro, depois do avanço de 0,92% na mesma prévia de outubro.

Os preços dos bens intermediários tiveram aumento de 0,58% na prévia de novembro, ante elevação de 1,93% na primeira prévia de outubro. Os preços das matérias-primas brutas recuaram 1,59% na primeira leitura de novembro, após uma alta de 1,30% na mesma prévia de outubro.

Com soma de incentivos, desconto no IR pode chegar a 40%

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

Empresas do setor automotivo – em especial as fabricantes de autopeças -, que já são beneficiadas pela Lei do Bem, poderão abater quase 40% de Imposto de Renda devido ou da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) ao somar o incentivo previsto nessa lei com o do Rota 2030.

De acordo com Francisco Alberto Tripodi, sócio da consultoria Pieracciani, a Lei do Bem prevê dedução de 20,4% a 27,2% no IR e na CSLL para empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. O Rota estabelece abatimentos de 10% a 12% e ambos descontos podem ser somados pelas empresas que aderirem ao programa.

“Combinar a legislação atual com o Rota 2030 vai ser a melhor estratégia para as empresas de autopeças e as montadoras”, afirma Tripodi, que presta consultoria a várias empresas do setor. Nesta quinta-feira, 8, ele esteve com executivos de uma autopeça de origem alemã que estuda um investimento de R\$ 30 milhões em P&D com base nessa possibilidade.

Tripodi ressalta que o maior porcentual de desconto na Lei do Bem é concedido apenas para empresas que geram lucro, e deve ser usado no prazo de um ano após a comprovação do investimento. Já no Rota, a empresa terá até cinco anos para fazer o abatimento. Essa foi uma das conquistas das montadoras no programa após alegaram que, atualmente, em razão da recente crise econômica, a maioria das fabricantes opera no vermelho e não há garantias de que voltem a lucrar no curto prazo.

Na opinião do especialista em direito tributário Bruno Sartori de Carvalho Barbosa, sócio do escritório Souza, Mello e Torres, apesar da renúncia de receita, o apoio a projetos de inovação “é uma prática muito usada para o desenvolvimento de determinados setores ou produtos e ajuda a gerar mais faturamento, mais contribuição tributária e mais empregos diretos e indiretos”.

Incompleta

Para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, entidade que representa os trabalhadores do maior polo automotivo do País, o Rota é um “programa aquém das necessidades da indústria automotiva brasileira”.

Segundo nota divulgada pela entidade nesta quinta-feira, 8, “ao não contemplar políticas tarifárias que incentivem a produção nacional, que estavam presentes no Inovar-Auto, o Rota 2030 ficou incompleto, pois não zela pelo emprego”.

A MP aprovada, acrescenta o sindicato, também não atende aos pleitos de fortalecimento da cadeia produtiva. "Por ter validade de 15 anos, deveria ser muito mais estruturante."

Governo renegocia com bancos empréstimo que eleva conta de luz

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Dinheiro foi usado para socorrer as distribuidoras de energia em 2014

O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, disse nesta quinta (8) que o governo trabalha para concluir até o fim do mês renegociação de empréstimos tomado para socorrer distribuidoras de energia em 2014 e hoje onera a conta de luz dos brasileiros.

A medida, disse Pepitone, é parte de esforço para tentar reduzir a conta de luz. Até infinito do mês, a Aneel apresentará estudo com outras propostas nesse sentido.

O empréstimo para ajudar as distribuidoras vence em 2020 e ainda tem um saldo de R\$ 11 bilhões a pagar. Foi tomado para ajudar as empresas a custear energia mais cara de usinas térmicas durante a crise hídrica do início da década.

Pepitone afirmou que as negociações com o grupo de bancos que financiou o processo já estão em curso e devem ser concluídas até o fim do mês. Na mesa, há duas propostas envolvendo um fundo de R\$ 4,5 bilhões criado como garantia contra eventuais inadimplências no pagamento do empréstimo.

A primeira seria usar os recursos para antecipar pagamentos futuros, eliminando ou reduzindo as parcelas mensais pagas pelos consumidores. A segunda, transferir o fundo para a conta de luz, o que reduz a necessidade de arrecadação para fechar as contas do setor.



Conta de luz - Folhapress

Os empréstimos foram negociados pela CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica) com consórcios de bancos em três etapas, no valor total de R\$ 21 bilhões, a preços da época.

Pepitone não quis estimar quanto a tarifa poderia ser reduzida com a quitação antecipada. Mas disse que a transferência de R\$ 4,5 bilhões do fundo poderia representar corte de aproximadamente 2,4%, já que cada R\$ 1 bilhão representa um impacto de 0,6% na conta de luz.

Entre as outras medidas em estudo pela Aneel está o fim do subsídio a fontes de energia incentivadas - como eólica e solar - que hoje garantem desconto na tarifa de transmissão a produtores e grandes consumidores e vão custar R\$ 2,4 bilhões em 2018.

"A fonte eólica já alcançou um estágio de maturidade e é importante mostrar para a sociedade o custo do subsídio", defendeu o diretor-geral da Aneel, que participou de

evento promovido pela FGV Energia no Rio. Ele propõe também a discussão sobre a tarifa social, programa que subsidia consumidores de baixa renda.

O trabalho da Aneel vai focar nas parcelas da conta de luz relacionadas a políticas sociais e à geração de energia, onde a agência acha que ainda há espaço para cortes de gastos.

Rota 2030 é destaque na abertura do 30º Salão do Automóvel em SP

09/11/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 08-11-2018)

Presidente Michel Temer assina Decreto Regulamentador, previsto na Medida Provisória, durante a cerimônia de inauguração do evento

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, participou hoje da cerimônia de abertura do 30º Salão do Automóvel em São Paulo. Na ocasião, o presidente Michel Temer assinou decreto que regulamenta a Medida Provisória 843/18, que criou o programa Rota 2030.

Para o ministro Marcos Jorge, o lançamento do programa foi uma grande vitória. “É uma política industrial moderna, pensada não apenas para o desenvolvimento de todos os elos da cadeia automotiva, mas também focada em garantir ganhos para toda a sociedade brasileira”, afirmou.

“O Rota 2030 prevê que os veículos comercializados no Brasil serão mais eficientes e mais seguros, isso significa dizer, em última instância, que haverá menos emissão de gases poluentes, menos acidentes e mortes no trânsito”, explicou o ministro.

De acordo com Marcos Jorge, o trabalho feito pelo MDIC e idealizado na gestão do ex-ministro Marcos Pereira para a construção do Rota 2030 foi focado em tornar o Brasil um relevante polo desenvolvedor de novas tecnologias.

“Queremos que nossos carros estejam em pé de igualdade ou, quem sabe, em níveis de qualidade acima dos produzidos na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, para citar alguns centros de excelência do mundo”, declarou.

Antes da cerimônia de abertura, o ministro Marcos Jorge visitou os stands do salão do automóvel ao lado do presidente Michel Temer. Estão expostos mais de 500 modelos, desde os mais simples até os chamados carros conceito. Também serão discutidas durante o evento questões de mobilidade e conectividade.

“Entendo que é necessário expandirmos as fronteiras do que conhecemos sobre mobilidade. Pesquisa, desenvolvimento e inovação são a base da evolução industrial e das engenharias. Países ricos investem maciçamente em P&D. Por isso, insistimos tanto no lançamento do Rota 2030, para garantir que o Brasil seja competitivo na atração de investimentos destinados ao desenvolvimento de novas tecnologias que possam ser usadas em todos os elos da cadeia automotiva”, afirmou Marcos Jorge.

Na cerimônia de abertura estiveram presentes ainda o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antônio Megale; o presidente da Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa), José Luiz Gandini; o presidente do Sindpeças e da Abipeças, Dan Ioschpe; o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Alarico Assumpção Júnior; o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun; o ministro do Turismo, Vinícius Lummertz; e o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro, além de outras autoridades.

Aprovação no Congresso

A MP 843 havia sido assinada em julho e exigia a publicação de um decreto regulamentador para sua vigência.

O texto da MP seguiu para o Congresso Nacional e sofreu alterações. Nesta última quarta-feira (7/11), a Câmara dos Deputados aprovou o novo texto, que foi referendando hoje (8/11) pelo Senado Federal. Portanto, o novo texto da MP será encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República, para sanção do presidente Michel Temer.

Rota 2030 ganha aprovação 'relâmpago'

09/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em prazo relâmpago, de 22 minutos de sessão, o Senado aprovou nesta quinta-feira, 8, a medida provisória (MP) que cria o Rota 2030, programa de incentivo às montadoras para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Menos de uma hora depois, o decreto regulamentando a medida foi assinado pelo presidente Michel Temer, que trouxe na bagagem a cópia do documento na viagem de Brasília a São Paulo, onde participou da abertura do Salão do Automóvel. Cálculos da Secretaria da Fazenda indicam que a renúncia fiscal pode chegar a R\$ 2,1 bilhões.

A assinatura ocorreu após seu discurso a uma plateia de empresários do setor automotivo. No discurso, Temer confessou ter ficado "aflito" com a possibilidade de a MP não ser aprovada e ele ter de sair da cerimônia sob vaias. No dia anterior, o texto havia sido aprovado no Congresso por volta das 18h, mas parlamentares ficaram até tarde da noite votando os destaques.

"Confesso que estava razoavelmente aflito. Imagine se eu estou aqui, prestes a assinar o decreto, e de repente vem a notícia de que não houve quórum ou que foi desaprovada a medida. Eu sairia debaixo de vaias. Agora, nós vamos sair debaixo de aplausos, não é verdade?", disse o presidente. Apesar de Temer já ter assinado o decreto que cria o Rota 2030, o projeto ainda deve ser sancionado pelo próprio presidente e publicado no Diário Oficial para entrar em vigor.

Pesquisa

Entre as principais medidas, o Rota prevê o abatimento no Imposto de Renda devido ou na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 10% a 12% do valor investido pelas empresas em pesquisa e desenvolvimento. Também permite descontos de até 2 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as fabricantes que superarem as metas estabelecidas para melhorar a eficiência energética (redução de consumo de combustível e de emissão de poluentes) e a segurança dos automóveis.

Para ter direito aos incentivos, a montadora terá de aderir aos termos do Rota. No programa anterior, o Inovar-Auto, a meta era de 12% de melhora na eficiência em cinco anos. No Rota, precisa melhorar mais 11% até 2023. O programa terá validade por 15 anos, com revisões a cada cinco. Carros importados terão de atender às metas, mas desapareceu a cobrança extra de IPI imposta no Inovar-Auto – e que resultou em sua condenação pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Pelas contas da Receita Federal, só o Rota representará renúncia de R\$ 2,1 bilhões aos cofres do Tesouro. Como o projeto recebeu emendas incluindo a prorrogação de incentivos às empresas instaladas nas Regiões Norte e Nordeste (Fiat, Ford e Baterias Moura), a renúncia será bem maior. E poderia ser ainda pior se a Câmara não tivesse derrubado a emenda que estendia o benefício regional também para as montadoras do Centro-Oeste (Caoa, Mitsubishi e Suzuki).

“Demos mais um grande passo na aprovação de novas tecnologias para o Brasil”, disse o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale. “O apoio a pesquisa e desenvolvimento é absolutamente fundamental para que a gente possa reter o conhecimento no Brasil e desenvolver as tecnologias que nos são valiosas, como os biocombustíveis, e que ainda nos permite associá-las com os desafios da eletrificação.”

O Rota deveria ter entrado em vigor em janeiro, em substituição ao Inovar-Auto, que durou cinco anos e terminou em dezembro. Mas desentendimentos entre os Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio atrasaram sua formulação.

Após acerto entre essas partes, foram as próprias montadoras que entraram em conflito, quando fabricantes do Nordeste e do Centro-Oeste incluíram emendas em benefício próprio. Toyota, GM, Renault, PSA e Nissan foram contra incluir a extensão de incentivos regionais no programa que é nacional, mas a bancada do Nordeste, orientada por Fiat e Ford, venceu.

Montadoras comemoram aprovação do Rota 2030 após quase 1 ano de atraso

09/11/2018 – Fonte: G1 (publicado em 08-11-2018)

Programa que cria incentivos e exige investimentos passou no Congresso e deverá ser sancionado pelo presidente Temer, que esteve no Salão de SP nesta quinta (8).



Depois de quase 1 ano de espera, as montadoras comemoram a aprovação do **Rota 2030**, programa para o setor automotivo que cria regras e oferece benefício fiscal a quem investir e superar metas.

Entre os temas contemplados do programa estão eficiência energética e segurança dos veículos.

O Rota 2030 foi discutido durante todo o ano passado e deveria ter começado a valer em 1º de janeiro, um dia depois de o regime automotivo anterior, o Inovar Auto, terminar. Mas acabou sendo alvo de uma queda-de-braço entre a Fazenda e o Ministério da Indústria e Desenvolvimento (MDIC), que não entravam em acordo sobre os incentivos.

O programa acabou sendo lançado só em julho, como uma medida provisória. E teria de ser votado no Congresso até o início de novembro. Mas isso só aconteceu nesta semana.

Nesse intervalo, montadoras passaram a dar recados ao governo de que, sem o Rota 2030, não tinham como convencer as matrizes no exterior de que haveria previsibilidade para investirem no Brasil no médio e longo prazo.

O aval da Câmara veio na última quarta (7), para euforia de executivos que estavam no Salão de São Paulo, o maior da América Latina.

Nesta quinta (8), o programa passou pelo Senado, bem em tempo de Temer chegar ao evento na capital paulista e assinar um decreto que detalha o regime. A sanção, último ato antes de o Rota 2030 ser consolidado, ainda aguarda o trâmite para chegar a Planalto.

"Se não aprovasse [o Rota 2030], teríamos que rever algumas questões", afirmou Marco Silva, presidente da Nissan, ao **G1** nesta quinta.

"Temos um plano de médio prazo, que vamos nos ajustar ao que veio (no programa)", completou.

"Terá efeitos positivos para a indústria, que ganha segurança para investir, traz benefícios para o consumidor, que contará com veículos cada vez mais eficientes e seguros", comemorou o presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) para a América Latina, Antonio Filosa.

A montadora anunciou neste ano um plano de investimento de R\$ 14 bilhões entre 2018 e 2023 para o Brasil, e Filosa dizia que dependia do Rota para realizá-lo.

"Ainda não é aquilo que idealizamos. Vieram menos mudanças do que gostaríamos. (Mas) Ter um plano de longo prazo é importante para ter a previsibilidade para o futuro", afirmou o diretor de relações institucionais da Honda, Paulo Takeushi.

"Esperávamos uma simplificação do sistema tributário para ter mais competitividade, mas não aconteceu", completou.

"Caminhamos 90%, e os 10% que faltam são muito mais fáceis", disse Johannes Roscheck, presidente da Audi do Brasil, se referindo a detalhes do regime.

Para a Audi, que voltou a fazer carros no Brasil na época do Inovar Auto, a preocupação é como o programa vai tratar a produção de veículos em pequeno volume, caso da marca, e o índice de nacionalização, que existia no antigo regime.

O decreto que Temer assinou no Salão, ainda não publicado, deve trazer alguns desses detalhes. O documento tinha sido prometido para agosto, 30 dias depois da criação da medida provisória. Outros pormenores deverão ser definidos por meio de portarias.

Tesla apresenta Robyn Denholm como nova presidente do conselho

09/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-11-2018)

Comportamento de Elon Musk causou preocupação sobre sua capacidade de conduzir a empresa

A Tesla afirmou que Robyn Denholm substituirá Elon Musk como presidente do conselho da montadora de carros elétricos, mais de um mês depois que o bilionário teve de deixar o cargo como parte de um acordo com reguladores norte-americanos.

A nomeação de Denholm, uma das duas integrantes da diretoria da montadora, encerra meses de turbulência para a companhia e suas ações conforme investidores pediram por uma supervisão mais forte sobre Musk, cujo comportamento errático causou preocupação sobre sua capacidade de conduzir a empresa uma fase difícil para o crescimento.



Elon Musk deixará a presidência do conselho administrativo da Tesla - Associated Press

Musk deixou a presidência do conselho do qual faz parte desde 2004, mas se manteve como presidente-executivo da Tesla, de acordo com os termos firmados com o regulador de valores mobiliários dos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission (SEC), após investigações sobre os tuítes do executivo sobre uma possível privatização da Tesla.

Denholm, 55, é atualmente vice-presidente financeira da operadora de telecomunicações australiana Telstra e é diretora independente do conselho da Tesla desde 2014.

A Tesla disse na noite de quinta-feira (8) que a executiva assume a posição integralmente, após os seis meses de aviso prévio com a Telstra, e será encarregada de supervisionar a empresa enquanto aumenta a produção de seus sedãs Model 3, considerados cruciais para a lucratividade sustentada da montadora.

"Gostaria de agradecer Robyn por se juntar à equipe. Grande respeito. Estou muito ansioso para trabalharmos juntos", tuitou Musk nesta quinta-feira.

Uma porta-voz da Tesla disse que a montadora está procurando por mais dois diretores independentes e que Denholm receberá anualmente US\$ 300 mil em dinheiro e US\$ 8 mil em opções de ações.

Petrobras reduzirá preço da gasolina nas refinarias em 1,32% a partir de sábado

09/11/2018 – Fonte: DCI

A Petrobras informou nesta sexta-feira que vai reduzir o preço médio da gasolina nas refinarias em 1,32 por cento, a 1,6734 real o litro, a partir de sábado, de acordo com dados no site da estatal.

Com essa redução, o preço médio do combustível nas refinarias da empresa passa a acumular queda de 1,18 por cento em 2018, segundo dados da estatal compilados pela Reuters.

Volkswagen planeja vender carros elétricos rivais da Tesla por menos de US\$23 mil, diz fonte

09/11/2018 – Fonte: DCI

A VW e outras montadoras estão enfrentando dificuldades para se adaptarem rapidamente às rígidas regras de emissão de poluentes



A Volkswagen pretende vender carros elétricos por menos de 20 mil euros (22,8 mil dólares) e proteger empregos na Alemanha por meio da conversão de três fábricas que produzirão os modelos rivais da norte-americana Tesla, afirmou uma fonte com conhecimento dos planos.

A VW e outras montadoras estão enfrentando dificuldades para se adaptarem rapidamente às rígidas regras de emissão de poluentes depois que a companhia se envolveu em um escândalo de fraude em testes de emissão de seus veículos com

motores a diesel. O presidente-executivo da Volkswagen, Herbert Diess, disse no mês passado que a indústria alemã de veículos enfrenta risco de extinção.

Os planos para o carro elétrico da VW conhecido como "MEB entry" e com um volume de produção de 200 mil unidades devem ser discutidos por uma reunião do conselho de supervisão da montadora em 16 de novembro, disse a fonte.

Outro veículo, chamado de "I.D. Aero", será fabricado em uma unidade que já produz o sedã Passat, disse a fonte.

A Volkswagen não comentou o assunto. Segundo a fonte, a montadora também deverá discutir amplas alianças com a fabricante de baterias SK Innovation e com a rival Ford.

A reunião para discussão de estratégia marcada para 16 de novembro vai abordar o plano de transformação da Volkswagen, da maior fabricante de veículos a combustão da Europa para uma fabricante em massa de carros elétricos, disse outra fonte com conhecimento do assunto.

Cidades alemãs têm começado a aprovar regras para proibir o tráfego de veículos com motores a diesel, o que tem forçado montadoras de veículos a pensar em maneiras de proteger cerca de 600 mil empregos no país, dos quais 436 mil estão nas montadoras e em fornecedores de autopeças.

Um veículo elétrico, o ID Buzz, deverá ser montado na fábrica da Volkswagen em Hanover, onde a van T6 é produzida, disse a fonte.

Para liberar espaço para produção dos elétricos em Hanover, as vans da Volkswagen poderão ser produzidas em uma fábrica da Ford na Turquia, se sindicatos de metalúrgicos na Alemanha, que possuem metade dos assentos no conselho de diretores da Volkswagen, concordarem, afirmou a fonte.

ALIANÇA

VW e Ford estão envolvidas em "discussões exploratórias" sobre uma aliança para desenvolvimento de veículos elétricos autônomos e para complementarem suas estruturas de produção e vendas globais, publicou a Reuters no mês passado.

As companhias estão considerando cooperação nas áreas comercial e em veículos elétricos e autônomos. Um acordo final provavelmente não será assinado até a reunião estratégica da Volkswagen marcada para 16 de novembro, disse a segunda fonte.

Os detalhes da cooperação com a Ford podem levar até o final deste ano para serem finalizados, acrescentou.

Setor de máquinas de construção cresce 40%, mas 2019 é incógnita

09/11/2018 – Fonte: DCI

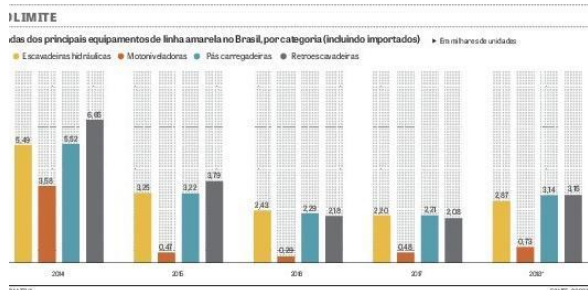
Apesar do avanço, o mercado de movimentação de terra, conhecido como linha amarela, registra ociosidade acima de 60%; reflexos das medidas prometidas pelo governo eleito podem demorar

A indústria de máquinas de construção finalmente está saindo do vermelho. Neste ano, as vendas da chamada linha amarela (movimentação de terra) devem crescer 40% sobre 2017. Contudo, as perspectivas para 2019 ainda são uma incógnita.

A Sobratema, associação que reúne os fabricantes de máquinas de construção, trabalha com dois cenários para o ano que vem. O primeiro deles considera que 2019 será um período de ajustes das contas públicas, o que deve dificultar as vendas da

linha amarela. Diante dessa expectativa, as vendas podem recuar 3% sobre 2018, para 11,28 mil unidades.

Já o cenário mais otimista, aposta mais forte da Sobratema para o período, contempla um crescimento de 3% das vendas, para 12,01 mil máquinas, com a melhora da economia e da confiança do mercado. "Sobretudo no primeiro ano do novo governo, as vendas da indústria vão subir a uma velocidade menor", afirmou ao **DCI** o vice-presidente da Sobratema, Eurimilson Daniel.



No entanto, seja qual for o cenário, a indústria ainda terá que operar sob uma forte ociosidade. Segundo o dirigente, em 2013 o setor emplacou quase 30 mil unidades. Ele explica que, nesta conjuntura, muitas empresas estão trabalhando com margens comprimidas. "Em algumas categorias, não houve reajuste nos últimos anos."

Tempestade

O dirigente da Sobratema analisa que a tempestade no setor de máquinas de construção parece ter passado. Depois da chegada de diversos players internacionais ao País, de olho no potencial do mercado brasileiro – que ficou conhecido como um "um grande canteiro de obras" –, a indústria registrou recorde de vendas em meados de 2013.

Porém, com o início dos sinais da crise econômica que o Brasil viria a passar, por volta de 2014, principalmente os segmentos da construção civil e de obras de infraestrutura sofreram queda gradual da demanda, atingindo em cheio as montadoras de linha amarela.

"Antes, a idade média das máquinas girava em torno de três anos. Hoje, seguramente, supera cinco anos", destaca Daniel. Com isso, o parque brasileiro ficou envelhecido, o que pode em parte beneficiar a indústria. "As máquinas depreciam e o custo começa a ficar muito alto. Esperamos que haja um movimento de renovação da frota", esclarece.

O mercado ainda conta com a sinalização da equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro de impulsionar concessões e privatizações, o que pode se traduzir em demanda adicional para as montadoras.

"Estamos muito otimistas. Em 2018, tivemos um crescimento importante e já registramos investimentos por parte das empresas, o que mostra confiança das marcas no mercado brasileiro." Ele acrescenta que este é o momento para fazer negócios, já que diante da perspectiva de retomada, as montadoras devem readequar a tabela de preços no ano que vem. "As margens das empresas estão muito defasadas e no momento da retomada, haverá reajustes", pondera.

Daniel observa que devido à retração das obras de infraestrutura e da construção civil, muitos fabricantes se voltaram para outros mercados, principalmente o agronegócio. Prova disso é que na maior feira do setor neste ano, a Agrishow, as marcas prepararam ações específicas para conquistar os clientes do campo.

"As motoniveladoras, por exemplo, são usadas amplamente na pavimentação de rodovias. Mas, com o marasmo do segmento, diversas montadoras venderam esse

tipo de máquina para o cultivo de cana-de-açúcar”, esclarece Daniel. Já as miniescavadeiras, de menor porte, conseguem ser mais versáteis, sendo utilizadas da construção ao agronegócio. “As duas categorias tiveram crescimento acima de 50%, em volumes, neste ano.”

Daniel acrescenta que a expansão da economia deve favorecer o setor. “Inclusive trazendo um crescimento mais espreado das categorias.”

AGCO espera crescer de 5% a 10% nas vendas de máquinas

09/11/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 08-11-2018)

Projeção se dá em virtude das expectativas de que o Brasil aumente suas exportações de grãos

O presidente AGCO América do Sul, Luís Felli, projeta que as vendas de máquinas agrícolas da indústria no Brasil devem atingir volume de 5% a 10% maior do que em 2017. “Considerando os dados parciais da indústria até o momento, acreditamos que as vendas de máquinas agrícolas neste ano devem crescer nesta faixa”, disse Felli em evento em São Paulo, no qual estavam presentes ainda o presidente do Conselho, presidente e CEO global da AGCO, Martin Richenhagen, e o vice-presidente sênior e gerente geral AGCO Américas, Robert Crain.

Para os próximos anos, os executivos também projetam crescimento em níveis semelhante, em virtude das expectativas de que o Brasil aumente sua produção de grãos para atender à demanda global por alimentos. “Para 2019, expectativa é de aumento de 5% a 10% nas vendas no Brasil”, disse Crain.

O CEO da AGCO, Martin Richenhagen, reforçou que o País deve fazer “grandes exportações” para a China, por causa da guerra comercial do país com os Estados Unidos e da redução das compras chinesas de produtos norte-americanos. “Os chineses gostam de relações de longo prazo e não têm comprado produtos agrícolas dos Estados Unidos”, comentou Richenhagen.

“Para atender à demanda global por alimentos, sabemos que é necessário produzir muito mais e nossa indústria (de máquinas agrícolas) é um player importante para isso. Então estou bastante otimista de que continuaremos a crescer”, acrescentou Richenhagen.

Scania realiza a maior venda de ônibus de sua história

09/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-11-2018)

Empresa fornecerá 481 veículos movidos a GNV para a Transmilênio, sistema de BRT da Colômbia; todos serão fabricados no Brasil

A **Scania** anuncia a **maior venda de ônibus de sua história** para o mesmo cliente: a montadora fornecerá 481 veículos movidos a gás natural (GNV) para renovar 40% da frota da Transmilênio, sistema de BRT de Bogotá, na Colômbia.

Todo o lote será composto por ônibus com tecnologia Euro 6, o que representará redução significativa de emissões, como 98% de material particulado, 96% de óxido de nitrogênio (NOx) e 20% de dióxido de carbono (CO2) em comparação com a maior parte dos ônibus disponíveis na cidade com tecnologia Euro 2. Os veículos começam a rodar no primeiro semestre de 2019.

A licitação prevê que um total de 1,4 mil ônibus sejam renovados entre 2019 e 2020. Os fornecedores de 1,2 mil deles já foram definidos, dos quais 60% serão movidos a

diesel com veículos Euro 5 - 700 serão da Volvo - e 40% a gás natural: a Scania é a única montadora selecionada para fornecer os veículos movidos a GNV.

“Os ônibus Scania Euro 6 a gás são uma realidade no transporte urbano na Europa e desde 2015 um total de 227 com esta tecnologia operam na cidade colombiana de Cartagena. As autoridades e operadores colombianos viram que esta tecnologia é ideal para centros urbanos, pois praticamente não polui o ar e faz pouco ruído, uma solução verdadeiramente sustentável”, comenta o diretor-geral da Scania na Colômbia, Juan Carlos Ocampo.

A operadora SI2018 (Sistema Integrado de Provisión de Flota Si 2018) adquiriu todos os veículos Scania Euro 6 a gás, dos quais 302 biarticulados com capacidade para transportar até 250 passageiros, e outros 179 articulados, para até 160 passageiros. Todos os 481 veículos serão produzidos na fábrica da Scania no Brasil, em São Bernardo do Campo (SP) e serão encarregados pela empresa colombiana Busscar.

“Esta operação confirma o compromisso da Scania em liderar a transformação para sistemas de transporte mais sustentáveis. A nossa planta de São Bernardo do Campo é parte do sistema de produção global da Scania e está preparada para produzir estes veículos com tecnologia de ponta”, conta o presidente e CEO da Scania para a América Latina, Christopher Podgorski.

A Scania também fornecerá ao operador toda a manutenção dos veículos.

Estudo global da Cognizant aponta as principais tendências do setor automotivo até 2025

09/11/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 08-11-2018)

Montadoras utilizarão a riqueza de dados para oferecer aos consumidores experiências únicas e criar veículos que proativamente resolvem problemas

Carros totalmente autônomos, design voltado ao propósito e foco na prestação de serviços. Essas são as principais tendências apontadas por um estudo elaborado pela consultoria Cognizant sobre o futuro do setor automotivo até 2025. Para se adaptarem, as montadoras terão de migrar para um modelo de negócios baseado em serviços e na experiência do consumidor.

"A cadeia de valor da indústria mudará do modelo tradicional fornecedor-montadora-concessionária-consumidor, para um ecossistema interconectado de vários provedores, incluindo empresas de tecnologia, de infraestrutura, serviço de mobilidade e conectividade, utilities e entidades de gerenciamento de tráfego.

Os participantes desse ecossistema precisarão definir sua proposição de valor e, em seguida, formar parcerias para construir e entregar produtos e serviços verdadeiramente diferenciados", comenta Roberto Wik, diretor de Manufatura e Logística da Cognizant no Brasil.

Segundo o estudo, com capacidades cada vez mais autônomas e um declínio interesse na propriedade, o setor precisa se concentrar na experiência e inovação no trajeto percorrido, design orientado para o propósito e na transição para um modelo de negócio baseado em serviços.

Principais tendências

A primeira grande tendência verificada pelo estudo da Cognizant é a popularização dos veículos autônomos. A forma como cada montadora incorporará a inovação em seus produtos e serviços para o consumidor realizar seu trajeto definirá a liderança de mercado.

Os novos participantes do ecossistema automotivo podem fornecer serviços internos para ampliar as ofertas principais das montadoras. Essa transformação terá grande impacto na sociedade como um todo porque muda a maneira como será a experiência dos clientes em seus trajetos de carro, surgindo uma série de novos produtos e serviços de mobilidade, centrados nessa experiência.

Por exemplo, em vez de dirigir para o trabalho, uma pessoa pode aproveitar esse tempo lendo notícias no celular, trabalhando ou estudando. O foco será nas experiências que o consumidor poderá ter em seus trajetos cotidianos.

A segunda grande mudança será o entendimento de que o projeto dos veículos será conduzido por seu propósito – quando o objetivo principal for simplesmente ir de um lugar para outro –, e uma visão mais personalizada ao usá-los para recreação. Um carro tamanho família, por exemplo, não atende às necessidades de uma pessoa que o utiliza como meio de transporte, e vice-versa.

Essa dicotomia na demanda deverá crescer ainda mais com o advento da mobilidade compartilhada de serviços e veículos autônomos. Como resultado, as montadoras precisarão começar a construir veículos que se destaquem em uma tarefa ou função específica, em vez de cumprir um propósito geral.

Os veículos construídos com foco no propósito e a economia de compartilhamento influenciarão as montadoras a fazer mudanças em seu portfólio de produtos, particularmente por meio de novas ofertas baseadas em assinatura.

"Entretanto, há um segmento específico que a indústria automobilística não pode ignorar diante dessas tendências: aqueles que gostam de dirigir e querem manter o controle de sua experiência de condução.

Enquanto o mercado de massa continuará a mudar em direção a um futuro autônomo, a cadeia de valor automobilística precisará levar esse segmento em conta ao projetar e construir carros, pelo menos nos próximos anos. Encontrar o equilíbrio entre essas duas tendências será fundamental", ressalta Wik.

Por fim, o compartilhamento de carros mudará o modelo de negócios das montadoras. Como a propriedade de automóveis estará em forte declínio até 2025, particularmente nas áreas urbanas, e mais pessoas escolhem serviços de compartilhamento de carros autônomos, a tendência é, em vez de pensar em um único consumidor final, focar em criar um relacionamento com o cliente.

Isso não será feito por meio de produtos customizados, mas sim mediante serviços e aplicações personalizadas. Como resultado, a proeza na fabricação não será mais o ponto de diferenciação, uma vez que as montadoras terão de competir nos serviços de mobilidade, mergulhando profundamente na imensa riqueza de dados à sua disposição para encontrar insights sobre seus consumidores e usar essas informações para criar veículos que proativamente resolvem problemas.

Os clientes vão esperar que as empresas encontrem maneiras de aplicar dados gerando valor e inovação, caso contrário, os clientes rapidamente migrarão para outra marca.

Esse problema se tornará especialmente agudo quando os custos de mudança caírem para zero, à medida que os consumidores vão da compra de um carro à assinatura de um serviço de mobilidade.

"O cliente de 2025 exigirá mais da experiência de mobilidade e valorizará a experiência ao longo dos trajetos", conclui Wik.

Vendas de caminhões avançam 50% no ano

09/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-11-2018)



Com mais de 60 mil emplacados, setor reflete recuperação do PIB, aponta Anfavea

As **vendas de caminhões** encerraram os dez meses acumulados do ano com crescimento de 50,2% na comparação com mesmo período de 2017 ao totalizar pouco mais de 60,6 mil unidades, de acordo com dados divulgados pela Anfavea, associação das fabricantes.

O segmento vem sendo fortemente impulsionado pela categoria de caminhões pesados, que quase dobrou de tamanho no período ao crescer 88%, para mais de 27,2 mil unidades vendidas entre janeiro e outubro.

Para a Anfavea, o segmento reflete o ritmo acelerado do agronegócio, que se prepara para mais uma safra expressiva de grãos. Além disso, outros setores da economia estão começando a recuperar o fôlego, o que pode elevar o PIB deste ano.

“O setor de caminhões deveria ser um indicador econômico oficial, porque ele sempre reflete o PIB”, afirma o vice-presidente da Anfavea, Gustavo Bonini.

O executivo aponta ainda que além do efeito agronegócio, o mercado de pesados vem crescendo por causa da renovação de frota das empresas. Contudo, ele lembra que apesar do bom momento para o setor, ainda há potencial para crescer mais. Bonini lembra que após a greve dos caminhoneiros, deflagrada no fim de maio, começou um movimento de maior procura e consultas por parte de empresas a fim de arcar com os custos de suas próprias frotas.

“Essas consultas se estenderam pelos meses seguintes e de certa forma ainda continuam, embora um pouco mais tímidas agora, mas ainda não há nenhum negócio fechado ou nada concreto por enquanto”, afirma.

Impulsionada pelo mercado interno, a produção de caminhões aumentou 30,6% com relação ao ano passado, considerando o volume acumulado entre janeiro e outubro, que fechou em 88,1 mil unidades.

Com a forte demanda do mercado interno, Bonini admite que a produção de veículos pesados pode ser maior que a prevista para o ano. A projeção da Anfavea aponta que na soma de caminhões e ônibus, o volume do ano pode chegar a 86 mil contra as 63,7 mil unidades emplacadas em 2017. Se o volume se confirmar, representará um aumento de 35%.

Com relação às exportações, houve queda de 6,6% do volume embarcado no acumulado, para 22,1 mil unidades, ainda como reflexo da queda da demanda na Argentina.

Apesar disso, Bonini analisa que para caminhões, as exportações estão quase estáveis, uma vez a demanda maior em outros países está compensando em parte a queda no mercado argentino.

ÔNIBUS

Por sua vez, o segmento de ônibus também segue em alta no mercado interno: em dez meses, o volume emplacado cresceu 28,7% ao totalizar pouco mais de 12,1 mil chassis.

“O segmento vem crescendo desde o começo do ano. Os encarregadores estão com a capacidade tomada e produção acelerada pelo menos para os próximos dois ou três meses”, comenta o presidente da Anfavea, Antônio Megale, que destaca o bom desempenho principalmente da categoria de ônibus urbanos.

Megale lembra que os emplacamentos têm tido uma média mensal de entre 1,6 mil e 1,7 mil neste ano e compara com os dois últimos meses de 2017, que foi de 1,1 mil em novembro e de 1,2 mil em dezembro.

“Se continuar no patamar de 1,6 mil e 1,7 mil unidades nestes dois últimos meses, vamos ter um ano com crescimento bastante importante”, disse Megale.

Assim como nos caminhões, as exportações de ônibus diminuíram no acumulado do ano em 6,8% ao embarcar pouco mais de 7,1 mil unidades. A Anfavea, que reduziu sua projeção para o ano, prevê que as exportações de veículos pesados devem cair nesta faixa dos 6,2% sobre o resultado de 2017, considerando a soma de caminhões e ônibus, o que representa um total de 35 mil.

Já a produção de chassis aumentou 43,6% em dez meses: as fábricas entregaram pouco mais de 25,3 mil unidades no período.

Subaru XV vai receber novos recursos de segurança

09/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-11-2018)



Modelo será equipado com EyeSight, pacote de tecnologias semiautônomas

A partir de dezembro o **Subaru XV** passa a contar no Brasil com o EyeSight, um conjunto de sistemas semiautônomos de **segurança** baseado em duas câmeras estéreo. Elas captam imagens tridimensionais e coloridas que geram grande capacidade de reconhecimento de objetos.

O XV é o segundo Subaru mais vendido no Brasil e está no Salão do Automóvel de São Paulo, que ocorre até 18 de novembro no São Paulo Expo. O EyeSight reúne quatro sistemas de segurança. O primeiro é o de frenagem pré-colisão. Capaz de perceber o risco iminente de impacto, ele primeiro avisa o motorista por um sinal luminoso e, caso ele não reaja, freia automaticamente.

Outro recurso é o controle adaptativo de velocidade, que gerencia motor, transmissão e freios para manter distância segura do carro à frente, freando e reacelerando quando preciso.

O gerenciamento de aceleração pré-colisão impede, por exemplo, que o carro avance em direção a um obstáculo (parede ou coluna) se o motorista engatar o câmbio em D em vez de R. Por fim, quando o EyeSight detecta oscilações de faixa e a velocidade do

carro é de 60 km/h ou mais, ele avisa o motorista por alertas sonoro e luminoso. O motorista também é avisado se o EyeSight perceber que o veículo começa a oscilar sua trajetória para muito próximo das linhas de separação das faixas de rolamento.

A Subaru também anunciou no Salão que passará a importar versões com câmbio manual do sedã esportivo Impreza WRX. Ele vem em duas opções, 2.0 de 270 cavalos e 2.5 de 310 cv. Ambos recebem turbo, injeção direta de gasolina e transmissão de seis marchas. A marca Subaru é controlada no Brasil pelo Grupo Caa.

"A parceria está comemorando 20 anos no Brasil, com 20 mil carros vendidos nesse período", afirma o diretor da Caa Subaru, Luiz Cazzonatto.

Grupo SHC entra com pedido de recuperação judicial

09/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-11-2018)



Dívida da companhia que controla a JAC Motors estaria em mais de R\$ 500 milhões

O **Grupo SHC**, responsável pela JAC Motors e outras empresas, entrou com pedido de **recuperação judicial** no dia primeiro deste mês. De acordo com nota divulgada pela empresa, a decisão se deu pela necessidade de buscar proteção judicial para renegociação com bancos, parceiros e fornecedores. O grupo pertence ao empresário Sérgio Habib, que além da JAC detém a rede de usados Carbraxx e concessionárias Jaguar Land Rover e Volkswagen.

A dívida de Habib passaria dos R\$ 500 milhões, segundo o site Kelley Blue Book. Na nota repassada pela empresa, o Grupo SHC atribui sua dificuldade à retração de 30% do mercado brasileiro de automóveis nos últimos sete anos e à queda de mais de 80% nas vendas da Citroën, que na época representava o principal negócio do grupo. Todas as concessionárias Citroën pertencentes à SHC foram fechadas.

"Tomamos essa decisão prevista em lei para proteger a nossa companhia, nossos 700 colaboradores e os mais de 100 mil clientes da marca", disse Habib.

Segundo ele, as atividades de importação, distribuição, vendas e pós-venda (garantia, manutenção e fornecimento de peças) da JAC Motors continuam inalteradas e preservadas.

Pode-se dizer também que Habib foi injustamente punido por sua ousadia. A operação já JAC Motors começou não com três ou quatro, mas com 46 concessionárias abertas de uma vez em 18 de março de 2011, chamado "Dia J" por Habib. O investimento divulgado na época foi de R\$ 380 milhões.

A JAC começou com uma dupla de carros bem apropriada ao início da década, o hatch J3 e o sedã J3 Turin, ambos com preços camaradas (R\$ 37.900 e R\$ 39.900, respectivamente) e equipados com ar-condicionado, direção assistida e trio elétrico, entre outros itens. Chamados de "completões" numa campanha publicitária com o apresentador Fausto Silva, rapidamente ganharam as ruas.

Até agosto daquele ano a JAC já havia vendido 14,4 mil carros e ocupava a 14ª posição no ranking das marcas de automóveis mais vendidas, algo impensável para um recém-chegado. O sucesso e o barulho produzidos pela novata e por outros importadores incomodaram os fabricantes instalados no Brasil. Naquele ano os importados atingiram mais de um quarto das vendas locais.

Assim, em setembro de 2011 o governo divulgou que aumentaria o IPI dos importados em 30 pontos percentuais, uma regra que passou a valer em dezembro daquele ano.

CSN tem salto no lucro do terceiro trimestre e reduz alavancagem

09/11/2018 – Fonte: G1 (publicado em 08-11-2018)

Lucro somou R\$ 752 milhões, quase o triplo do obtido um ano antes.
Por Reuters

A CSN teve lucro líquido de R\$ 752 milhões no terceiro trimestre, quase o triplo do obtido um ano antes, desempenho que reforça o quadro positivo das siderúrgicas do país, que atravessam período de altas nos preços do aço, câmbio favorável e uma indústria automotiva local em recuperação.

O desempenho ainda foi apoiado por crescimento de 17% nas vendas de minério de ferro.



Com a produção de veículos no país crescendo 10% neste ano, a CSN elevou em 14% as vendas de aço no mercado interno no trimestre, a 912 mil toneladas. Já as vendas de minério de ferro somaram 9,29 milhões de toneladas.

O índice de endividamento da CSN ficou em 4,93 vezes no fim de setembro, caindo ante 5,48 vezes apurada um ano antes e ante 5,34 vezes no final do segundo trimestre.

A CSN teve receita líquida de R\$ 6,165 bilhões no terceiro trimestre, alta de 28% na comparação anual.

A CSN investiu R\$ 325 milhões no trimestre, avanço de 24% sobre o trimestre imediatamente anterior, "devido à sazonalidade na execução de projetos. A evolução de dispêndio na siderurgia e mineração está ligada a investimentos para melhor performance na coqueria/sinterização e projetos de filtragem de rejeitos, respectivamente", afirmou a CSN no balanço.

Segundo o documento, a produção de placas de aço no terceiro trimestre caiu 12% sobre um ano antes, para 938 mil toneladas, devido a paradas para manutenção não especificadas. As vendas totais de aço caíram 1% na mesma comparação, a 1,29 milhão de toneladas.